

FEVEREIRO / 2018

INTERNACIONAL

EUROPA

A zona do euro registrou crescimento do PIB de 2,3% em 2017 e não 2,5%, conforme nova revisão da agência Eurostat. Mesmo assim, continuou a ser a maior expansão em uma década, depois do PIB do quarto trimestre ter avançado 0,6%, sobre o trimestre anterior.

Já a taxa de desemprego em janeiro, também conforme a Eurostat permaneceu em 8,6%, depois de ter registrado 8,7% em novembro de 2017.

A taxa de inflação, por sua vez, depois de ter registrado 1,3% em janeiro, recuou para 1,2% em fevereiro, como era esperado. No entanto, o núcleo da inflação permaneceu em 1,3%.

EUA

Conforme revisão do Departamento de Comércio, o PIB americano no quarto trimestre de 2017 subiu à taxa anual de 2,5% e não 2,6%. Mesmo assim, a economia dos EUA cresceu 2,3% em todo o ano, com os gastos dos consumidores subindo 3,8% no último trimestre, o ritmo mais forte desde o quarto trimestre de 2014.

Quanto ao mercado de trabalho, mostrou ainda mais força em fevereiro. Foram criadas 313 mil vagas de trabalho não agrícola, quando a expectativa era de 205 mil. A taxa de desemprego, que era de 4,1% em janeiro, permaneceu nesse patamar pelo quinto mês consecutivo. Já os salários subiram 0,1% em relação ao mês anterior, quando a estimativa apontava uma alta de 0,2%.

Em relação à ata da primeira reunião do FED neste ano, em que a taxa de juros foi mantida entre 1,25% e 1,5%, os membros do colegiado disseram esperar que a economia cresça mais rápido que o esperado em 2018, em parte devido ao notável corte de impostos promovido pelo governo.

ÁSIA

Na China, a inflação do consumidor em fevereiro foi de 2,9% na base anual, contra uma expectativa de 2,5%. Por outro lado, o governo estabeleceu a meta de crescimento do PIB em 2018 em 6,5%.

No Japão, o crescimento do PIB no quarto trimestre de 2017 foi revisado de 0,9% para 1,6% em taxa anualizada, o que elevou o PIB do ano em 1,9%.

MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento de 2,72% a.a. no final de janeiro, terminaram fevereiro com um rendimento de 2,87% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico rendiam 1,51% a.a. Os emitidos pelo governo alemão, por sua vez, fecharam o mês de fevereiro com rendimento de 0,66%. Paralelamente, no mês, o dólar se valorizou 1,77% perante o euro e 2,29% perante o yen, por exemplo.

Já as bolsas internacionais tiveram em fevereiro um mês de quedas generalizadas. Enquanto a bolsa alemã (Dax) recuou 5,71% no mês, a inglesa caiu (FTSE 100) 4,00%, a do Japão (Nikkei 225) 5,95%, e a americana (S&P 500) 3,89%.

No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent caiu no mês de fevereiro 4,74%.

NACIONAL

ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA

Conforme o IBGE, a economia brasileira cresceu 1% em 2017 e o PIB totalizou R\$ 6.55 trilhões. No último trimestre do ano o avanço da atividade econômica foi de 0,1%, frente ao trimestre anterior. No ano, pelo lado da oferta, o setor agropecuário cresceu 13%, o industrial ficou estável e o de serviços teve alta de 0,3%. Pelo lado do consumo, o aspecto negativo foi a queda da taxa de investimento para 15,6% do PIB, o patamar mais baixo desde 1996.

Já a taxa de desemprego, que era de 11,8% no trimestre encerrado em dezembro, avançou para 12,2% no trimestre encerrado em janeiro, com 12,7 milhões de pessoas sem trabalho. O rendimento médio real do trabalhador foi de R\$ 2.169,00 no final do trimestre.

SETOR PÚBLICO

Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou superávit primário de R\$ 46,9 bilhões em janeiro. Em doze meses o déficit primário foi de R\$ 100,4 bilhões, abaixo do déficit acumulado no mesmo período em 2017, que foi de R\$ 110,6 bilhões.

As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 392,7 bilhões (5,97% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 493,1 bilhões (7,49% do PIB) no mesmo período.

A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em dezembro R\$ 4,90 trilhões (74,5% do PIB).

No lado fiscal, o aspecto positivo foi o aumento de 10% na arrecadação do governo federal em janeiro, que junto com o Refis permitiram o superávit primário obtido.

O lado negativo ficou por conta da desistência de se votar agora a reforma da Previdência, o que acabou acarretando o rebaixamento da nota de crédito do país de BB para BB-, pela agência Fitch.

INFLAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), subiu em fevereiro 0,32%, depois da alta de 0,29% em janeiro. Mesmo com a pequena aceleração, é o menor índice para o mês desde 2000.

Em doze meses, a alta acumulada foi de 2,84%, indo ainda mais abaixo do piso da meta que é 3%.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,18% em janeiro e acumulou alta de 1,81% em doze meses.

JUROS

Na reunião realizada no início de fevereiro, o Copom, por unanimidade, decidiu reduzir a taxa Selic de 7,00% para 6,75% aa, a décima primeira redução da taxa seguida. Na ata da reunião, o comitê afirmou que a piora no cenário internacional e a retomada mais consistente da atividade econômica são fatores que contribuem para o fim deste ciclo de queda da taxa básica de juros.

CÂMBIO E SETOR EXTERNO

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de fevereiro cotada em R\$ 3,2449, com uma valorização de 2,61% no mês.

Em janeiro, as transações correntes, apresentaram déficit de US\$ 4,3 bilhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 9 bilhões.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 6,5 bilhões em janeiro e as reservas internacionais terminaram o mês em US\$ 375,7 bilhões.

A Balança Comercial, por sua vez, teve em fevereiro de 2018 um superávit de US\$ 4,91 bilhões, o melhor resultado para o mês da série histórica. No bimestre, o superávit comercial somou US\$ 7,67 bilhões.

RENDA FIXA

Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de fevereiro acabou sendo o do IRF-M1+ com alta de 1,31%, seguido do IRF-M Total com 1,10% e do IMA Geral com alta de 0,72%.

RENDA VARIÁVEL

Para o Ibovespa, a alta no mês foi de 0,52%, acumulando no ano alta de 11,72% e em doze meses de 27,42%. O índice encerrou janeiro em 85.354 pontos. Cabe destacar que mesmo com a saída de R\$ 4,23 bilhões de capital estrangeiro no mês, o acumulado no ano ainda está positivo em R\$ 5,3 bilhões.

PERSPECTIVAS

MERCADO INTERNACIONAL

Depois de um início de fevereiro turbulento, por conta dos dados de emprego nos EUA em janeiro, que ascenderam de maneira mais incisiva os temores de mais altas nas taxas de juros americanas por conta da economia superaquecendo, os mercados ficaram mais tranquilos com os dados de fevereiro. No entanto, estando os mercados acionários em níveis recorde e as taxas de juros dos títulos governamentais subindo lentamente, é bem possível que novos dados venham trazer novos momentos de forte volatilidade para os mercados. Não podemos esquecer que a queda dos impostos promovida pelo governo Trum no final do ano, poderá aquecer exageradamente o ritmo da economia americana.

MERCADO NACIONAL

No mercado local, as taxas de juros continuam em queda, principalmente com a expectativa de que o Copom irá promover nova redução da taxa Selic em sua próxima reunião no dia 21 de março. Se por um lado isso pode realmente ocorrer com a inflação corrente muito baixa, por outro devemos recordar que a reforma da Previdência foi abandonada e a situação fiscal do país continua bastante delicada. Foram inúmeros os pronunciamentos do ministro da Fazenda e do presidente do Banco Central no sentido de que a não aprovação da reforma da Previdência poderia reavivar o fantasma da hiperinflação por conta do estouro da situação fiscal e do fator confiança. É nesse contexto que se vislumbra nova redução da taxa Selic?

Quanto às aplicações financeiras dos RPPS, recomendamos uma exposição ao vértice de longo prazo, representado pelo IMA-B Total em 15%. Consideramos de 10%, a exposição em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a maior atenção.

Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) a nossa recomendação é de uma exposição de 15%. Já para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's a alocação sugerida é de 30%. Lembramos que para evitar o desenquadramento aos limites da Resolução CMN nº 4.604/2017, o percentual máximo de alocação em fundos DI passa a ser de 40%.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos.

Quanto à renda variável, recomendamos a exposição máxima de 30%, por conta da crescente melhoria das expectativas com a atividade econômica neste e no próximo ano, que deverá refletir em um melhor comportamento dos lucros das empresas. Assim, já incluídas as alocações em fundos multimercado (10%) que com a nova resolução ficaram maiores, continua a mesma em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%), sendo que a alocação em ações, com o novo perfil dos fundos multimercado passou a ser de 10%.

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

Sugestão de Alocação dos Recursos – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	70%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture)	15%
Gestão do Duration	10%
Médio Prazo (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDKA 2A)	15%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1 e CDB)	30%
<u>Renda Variável</u>	30%
Fundos de Ações	10%
Multimercados	10%
Fundos em Participações	5%
Fundos Imobiliários	5%